

Tarifas de transporte em SP terão reajuste a partir de 6 de janeiro

Metrô e trens terão aumento moderado; ônibus na capital e Grande SP sobem mais

A partir do dia 6 de janeiro de 2026, a tarifa básica do sistema metroferroviário da Região Metropolitana de São Paulo, que engloba metrô, trens da CPTM e Viamobilidade, será reajustada de R\$ 5,20 para R\$ 5,40, informou a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) nesta segunda-feira (29). O aumento de 3,85% está abaixo da inflação do período, estimada em 4,46% pelo IPC-Fipe e 4,5% pelo IPCA do IBGE, medida até novembro.

Segundo o governo estadual, todas as gratuidades atualmente vigentes serão mantidas ao longo de 2026. A atualização tarifária, segundo a administração, foi definida após análise das despesas operacionais do sistema, que têm registrado crescimento contínuo. Entre os principais custos apontados estão energia, manutenção da frota, infraestrutura e folha de pagamento. O objetivo do reajuste é garantir "eficiência, segurança e qualidade" no serviço prestado à população.

A gestão estadual também informou que os recursos adicionais arrecadados com o aumento serão integralmente reinvestidos em projetos de modernização e expansão da infraestrutura de mobilidade. Atualmente, sete obras estão



Metrô parado em estação da Linha 3-Vermelha, em São Paulo

em andamento no sistema metroferroviário, com investimento total estimado em R\$ 57 bilhões. O comunicado que autoriza o reajuste foi enviado à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) pelo governador em exercício, Felício Ramuth (PSD), enquanto Tarcísio de Freitas se encontra em licença de fim de ano, entre 26 de dezembro e 11 de janeiro.

No transporte municipal, a tarifa de ônibus na cidade de São Paulo também terá reajuste a partir do dia 6 de janeiro,

passando de R\$ 5,00 para R\$ 5,30, um aumento de 6%. O anúncio foi feito pela Prefeitura de São Paulo, sob a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB), e o índice foi definido em reunião com secretários responsáveis pelo setor de transporte e mobilidade e orçamento da cidade.

O reajuste está acima da inflação dos últimos 12 meses, que chegou a 4,5% segundo o IPCA, mas abaixo do IPC-Fipe Transporte, de 6,5%. Em comunicado, a Prefeitura

destacou que a capital paulista mantém uma das menores tarifas da Região Metropolitana e uma das mais baixas do país, considerando a possibilidade de o passageiro utilizar até quatro ônibus em três horas com o Bilhete Único. A administração municipal ressaltou que, de 2020 a 2025, houve apenas uma atualização tarifária, de R\$ 4,40 para R\$ 5,00, enquanto a inflação acumulada nesse período foi de 40,31%.

O aumento da tarifa municipal foi justificado pelo cresci-

mento dos custos operacionais das empresas, que ultrapassaram R\$ 492 milhões até outubro de 2025, enquanto a arrecadação tarifária subiu apenas R\$ 410,3 milhões no mesmo período. O subsídio municipal ao sistema de ônibus atingiu R\$ 6 bilhões em 2025, o maior valor da história da cidade, sem considerar os meses que finalizam o ano.

Além da capital, cinco municípios da Grande São Paulo que integram o Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana (CIOESTE) – Osasco, Barueri, Carapicuíba, Jandira e Itapevi – anunciaram aumento da tarifa de ônibus de R\$ 5,80 para R\$ 6,10 a partir de 5 de janeiro. O reajuste, de 5,2%, está acima da inflação acumulada nos últimos 12 meses, e, segundo os prefeitos, foi definido com base em critérios técnicos e legais para recompor os custos operacionais, mantendo qualidade, segurança e regularidade dos serviços.

O cenário de reajustes ocorre em meio a uma inflação oficial moderada. O IPCA de 2025 acumula alta de 3,92%, enquanto a inflação dos últimos 12 meses ficou em 4,46%, abaixo dos 4,68% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em novembro de 2025, o índice registrou uma variação de 0,18%.

Ribeirão Pires realiza audiência sobre orçamento de 2026

A Câmara Municipal de Ribeirão Pires promoveu uma audiência pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. A condução do encontro ficou a cargo do secretário de Finanças e Administração, Eduardo Pacheco, que detalhou a proposta orçamentária do próximo exercício. Segundo Pacheco, o orçamento foi elaborado conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seguindo o princípio do equilíbrio entre receitas e despesas. Ele destacou ainda que o planejamento incorpora diretrizes da Agenda 2030 da ONU, alinhando ações aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com estimativa de R\$ 607,9 milhões, a LOA prevê investimentos concentrados em Saúde,



Secretário de Finanças apresenta detalhes da LOA 2026

Educação, Urbanismo, Segurança Pública e Assistência Social. O secretário apresentou também sugestões encaminhadas pela população na Consulta Pública, incluindo melhorias em zeladoria urbana, ampliação de projetos educacionais e fortalecimento de

políticas para idosos. A audiência permitiu que vereadores, servidores e representantes da sociedade civil acompanhassem a distribuição dos recursos e contribuições populares. Pacheco ressaltou a importância da transparência e da participação cidadã.

Câmara aprova LOA de Osasco para 2026

O plenário da Câmara Municipal de Osasco aprovou, nos últimos dias, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, estimada em R\$ 5,7 bilhões. O valor será distribuído entre cinco eixos: Desenvolvimento Institucional, Social, Ambiental, Urbano e Econômico. A Saúde, cuja despesa mínima obrigatória é de 15%, terá aporte de 23%, cerca de R\$ 1,3 bilhão.

O orçamento superior ao de 2025 eleva também o montante das emendas parlamentares impositivas, que ultrapassam R\$ 50 milhões, destinando metade à saúde pública. Segundo o líder do governo, vereador Délbio Teruel (União), esta é a primeira LOA do ciclo do Plano Plurianual 2026-2029, elaborado com participação popular e integração entre secretarias. "Com a LOA aprovada, obras e serviços essenciais continuam,

garantindo funcionamento da cidade", afirmou Teruel.

O texto aprovado, Substitutivo 10/2025 ao Projeto de Lei 200/2025, foi votado em dois turnos: 18 votos favoráveis e uma abstenção no primeiro, 20 votos favoráveis no segundo. O vereador Heber do JuntOZ (PT) apresentou 12 emendas para redirecionamento de verbas a habitação, meio ambiente, saneamento, segurança, combate à violência de gênero e Defesa Civil, que foram rejeitadas.

Segundo Heber, as propostas integravam o PPA, mas não foram contempladas financeiramente. O líder do governo argumentou que alterações poderiam comprometer a execução orçamentária. Além da LOA, o plenário aprovou outros 16 projetos. Com o fim do ano legislativo, a Câmara retoma atividades em 5 de janeiro.